

BNCC, ARQUIVO E MEMÓRIA METÁLICA¹

BNCC, ARCHIVE, AND METALLIC MEMORY

Ana Karoline Alves dos Santos²
João de Deus Leite³
Morgana Sabrina da Silva Mano⁴

RESUMO

Neste artigo, voltamos o nosso olhar teórico-analítico para o sítio eletrônico construído para a textualização de dizeres sobre a Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Por meio desse olhar, alçamos os diferentes dizeres sobre a BNCC constantes deste sítio como um trabalho sobre arquivo. A natureza desse arquivo leva-nos a refletir sobre a informatização dos arquivos sobre a BNCC, perseguindo, em nossa incursão teórico-analítica, o funcionamento da memória metálica. O dispositivo teórico, que ancora o analítico, tematiza a relação entre arquivo, memória metálica, não perdendo de vista as diferenças com a memória discursiva, e BNCC. Buscamos problematizar como o trabalho de leitura de arquivo sobre a BNCC pode ser afetado pela prevalência da memória metálica. As análises partem de capturas de telas apreendidas do sítio eletrônico em foco. Sob o formato figura, são apresentadas e analisadas cinco capturas de tela, cuja seleção se estabelece pelo critério aleatório. Por mais que as análises se ancorem em um recorte, elas evidenciam o funcionamento da memória metálica, em sua espessura formal. Esse funcionamento aponta para o efeito de administração e de controle dos dizeres sobre a BNCC, já que a informatização do arquivo constrói o efeito do pronto para acessar e para localizar.

Palavras-chave: Interdiscurso; Efeito ideológico; Informatização.

ABSTRACT

In this article, we conduct a theoretical-analytical investigation of a website built for the textualization of sayings about the Brazilian National Common Core Curriculum (BNCC). Working on archives, we highlight different sayings about the BNCC found on this website. The nature of this archive leads us to reflect on the informatization of

¹ A versão preliminar deste trabalho foi defendida pela Ana Karoline Alves dos Santos, como Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), como requisito parcial para aprovação na disciplina “Trabalho de Conclusão de Curso (TCC)”, ministrada pela Profa. Dra. Andrea Martins Lameirão Mateus, no primeiro semestre letivo de 2021. A banca de defesa pública foi composta pelas Profa. Dra. Ana Cláudia Castiglioni (UFT) e pelo Prof. Me. Felipe Gonçalves Carneiro (IFTO).

² Acadêmica do Curso de Letras Português, da Universidade Federal do Norte do Tocantins (UFNT)/Câmpus Araguaína. E-mail: karoline.ana@mail.uft.edu.br

³ Professor do Colegiado de Letras Português, da Universidade Federal do Norte do Tocantins (UFNT)/Câmpus Araguaína. E-mail: joadedeus@mail.uft.edu.br

⁴ Doutoranda em Linguística e Literatura pela Universidade Federal do Norte do Tocantins (UFNT)/Câmpus Araguaína, com bolsa Capes. E-mail: morganasabrina@mail.uft.edu.br

archives on the BNCC, pursuing, in our theoretical-analytical incursion, the functioning of metallic memory. The theoretical device, which anchors the analytical one, thematizes the relation between archive, metallic memory – not losing sight of its differences from discursive memory – and BNCC. We seek to problematize how the work of reading files about the BNCC can be affected by the prevalence of metallic memory. Our analyses start from screen captures of the website. Five screenshots, randomly selected, are presented as figures and analyzed. Although our analyses focus on a sample, they show the formal functioning of the metallic memory. This functioning points to the effect of administration and control of the sayings on the BNCC, considering that the informatization of the archive produces the effect of being ready to access and to locate.

Keywords: Interdiscourse; Ideological effect; Informatization.

1 INTRODUÇÃO

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC), em sua terceira versão para o Ensino Infantil e para o Ensino Fundamental, foi oficializada em 2017. A versão que integra o Ensino Médio foi formalizada em 2018. Trata-se de um documento com valor normativo, pois tem por propósito orientar os currículos das escolas do Brasil como um todo. Essa orientação está assentada na fixação de conteúdos mínimos de aprendizagem para o Ensino Fundamental. A necessidade da proposição de conteúdos mínimos é uma exigência já prevista na Constituição do Brasil, em 1988, mais precisamente no Artigo 210. Busca-se garantir a formação básica comum dos alunos em relação aos valores culturais e artísticos em âmbito nacional e regional.

Em 1996, a base nacional comum é promulgada a partir do apagamento da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), a Lei 9.394, de 20 de Dezembro de 1996. O Artigo 26 dessa Lei postula a obrigatoriedade, ao mesmo tempo, da base nacional comum para a Educação Básica e da parte diversificada. Essa parte precisa contemplar “características regionais e locais da sociedade, da cultura, da economia e da clientela.” (BRASIL, 1996, p. 1).

Em 1997, dada a preocupação de se estabelecer para os estados e para os municípios um direcionamento organizador dos Currículos, passaram a circular os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) voltados para o Ensino Fundamental (1º ao 5º ano escolar) no espaço escolar brasileiro. Já, em 1998, são propostos os PCN direcionados ao Ensino Fundamental, tendo por foco do 6º ao 9º anos escolares. Tanto os PCN do 1º ao 5º quanto os PCN do 6º ao 9º são editados em 10 volumes.

Em 2000, são propostos os PCN direcionados ao Ensino Médio, os chamados PCNEM, com estruturação em 04 partes. Os PCNEM estão articulados ao movimento nacional de reforma curricular cumprindo a função de propor orientações para o professor. Dada a reforma, houve a necessidade de outra abordagem e novas metodologias para esse segmento de ensino.

Do ano de 2008 até 2017, para enfocarmos o ano da primeira versão da BNCC, há várias ações governamentais em prol de se fomentar a proposição de um documento que materializasse em si a Base Nacional Comum Curricular. Entre leis, como foi o caso da Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014, com a regulamentação do Plano Nacional de Educação (PNE), até a realização de Seminários, como foi o caso do I Seminário Interinstitucional entre os dias 17 a 19 de junho de 2015, a BNCC esteve em pauta.

Essa breve sumarização formulada anteriormente serve de base para pensarmos no lugar simbólico que os documentos oficiais ocupam no espaço escolar. Esse lugar simbólico envolve, por um lado, uma circunscrição curricular acerca das disciplinas escolares e, por outro, modos de subjetivação referentes às posições sujeitos concernidas pelo documento. Não podemos perder de vista que essa circunscrição está embasada no efeito do registro do imaginário, pois são construídas projeções imaginárias para cada ano escolar em termos de conhecimento a ser enfocados na condição de ensino e de aprendizagem. E essas projeções, no tempo do revezamento discursivo de sala de aula, passam, necessariamente, pelo ritual de interpelação.

Para dizermos do foco deste artigo, a BNCC, como documento oficial, sobretudo a partir da formalização da primeira versão da BNCC, passou a ser objeto de gestos de leituras. Na esteira da Análise de Discurso de orientação pecheutiana e orlandiana, que é o campo teórico a que nos filiamos, vamos tomar a BNCC na condição de arquivo. Essa condição nos (im)põe, de saída, a relação desse documento com suas condições de produção no seio das instituições. No caso em foco, trata-se de pensar no Estado brasileiro, com seus dispositivos institucionais voltados para a Educação, por exemplo, não perdendo de vista aí o lugar simbólico da Constituição Federal de 1988, da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN), dos Programas e

dos Pareceres do Conselho Nacional de Educação (CNE), das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Básica (DCNs), entre outros.

Diante desses diferentes dispositivos, considerando a função simbólica de cada um deles em fazer constituir discursividades sobre a BNCC, podemos destacar que há aí em jogo a unidade e a dispersão dos sentidos sobre esse documento em tela. Nesse longo percurso de elaboração e de formulação da BNCC, os sentidos, em sua base material, apresentam-se em uma dialética: há apagamento, já que não há totalidade de inscrição de sentidos e, ao mesmo tempo, há inscrição de sentidos, pois houve apagamento. Daí o fato de unidade e dispersão de sentidos estarem em relação.

Estamos partindo da perspectiva de que esses dispositivos fazem trabalhar a condição material dos sentidos, tendo em vista o trabalho do interdiscurso. Se há, por um lado, a dispersão de sentidos, havendo esquecimento, há, por outro, a unidade de sentidos, ocorrendo a inscrição de sentidos na história, isto é, novos sentidos constituídos pelo trabalho material do interdiscurso.

Com o advento da primeira versão da BNCC e, posteriormente, das outras, houve o acirramento da circulação de dizeres sobre esse documento. Essa circulação ganhou ainda mais intensidade por meio do digital, considerando especificamente algumas tecnologias da linguagem. Neste artigo, estamos interessados, mais de perto, na injunção que se produz, socialmente, sobre o arquivamento de dizeres acerca da BNCC. Neste ponto, estamos pensando no arquivamento institucional que é oficial, dado o sítio eletrônico construído para a disponibilização de documentos sobre a BNCC quanto no arquivamento institucional de outros agentes concernidos nesse processo de constituição, de formulação e de circulação de sentidos sobre a BNCC.

Esses outros agentes referem-se a profissionais e a instituições, por exemplo, que passaram a formular e a disponibilizar dizeres sobre a BNCC, muito em função do movimento que se constituiu em arquivar para se recuperar. Consiste aí, nesse movimento, o ponto de problematização deste artigo: a prevalência do arquivamento de dizeres acerca da BNCC na dimensão da memória metálica. Assim se os dizeres estão para a ordem do recuperável, do consultável por meio dos algoritmos da informática, uma pergunta se (im)põe: em que medida o trabalho de

leitura de arquivo sobre a BNCC pode ser afetado pela prevalência da memória metálica?

Essa problematização ganha ancoragem a partir das formulações de Dias (2018), quando essa autora pensa a relação de “desvinculação” da memória de suas instituições. Para ela, as tecnologias de armazenamento imprimiram efeitos na construção de arquivos. E um desses efeitos é que outras instituições passaram a gerenciar a memória. Por exemplo, corporações e organizações com ou sem fins lucrativos, ou mesmo pessoas com ações individuais. Esse tipo de gerenciamento da memória acaba por afetar as práticas de leitura de arquivo e o próprio trabalho da memória. É que a condição de ser recuperável, de ser acessável, por meio de um comando da informática, afeta as condições de produção do sujeito com a leitura.

Tematizar essas condições de circulação da BNCC mostra-se importante, pois, do ponto de vista oficial, busca-se uma injunção à prática. Busca-se, sobretudo, fomentar a identificação dos agentes concernidos pela BNCC, mais precisamente dos professores, com o documento, de modo a se constituir modos de subjetivação da BNCC a partir de práticas de leitura e do trabalho com a memória. Essa subjetivação refere-se ao fato de haver modos de repetição histórica do documento.

Neste artigo, o nosso foco analítico recaiu sobre o sítio eletrônico oficial do Ministério da Educação (MEC), do governo federal brasileiro, qual seja: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br>, dado o nosso interesse no gerenciamento da memória metálica sobre a BNCC. Um dos efeitos dessa memória é o aparente aspecto totalizador da memória sobre a BNCC, fazendo-se pensar que essa recuperação de dizeres é ideologicamente transparente.

Estruturamos este artigo em duas seções, além da introdução, das considerações finais e das referências. Na primeira seção, apresentamos a nossa incursão sobre alguns fundamentos da Análise de Discurso de base pecheutiana e orlandiana, buscando pensar na relação entre arquivo e memória metálica, já que as condições de produção e de circulação de dizeres sobre a BNCC põem em questão tal relação. Na segunda seção, debruçamo-nos sobre algumas imagens recortadas do sítio eletrônico sobre a BNCC, com o objetivo de analisar o modo como a memória metálica está em funcionamento no gerenciamento do trabalho da memória sobre a BNCC. O procedimento de análise está assentado no movimento de

descrição e de interpretação da materialidade, dada a perceber a partir da captura das telas do referido sítio eletrônico. Estamos interessados na captura de telas que evidenciem indícios de: (1) armazenamento e (2) processamento de dizeres sobre a BNCC, no jogo ideológico do recuperável para aquele que acessa e manipula as tecnologias de informática usadas para tais fins.

2 ARQUIVO E MEMÓRIA METÁLICA: IMPLICAÇÕES TEÓRICAS

Nesta seção, filiados aos fundamentos da Análise de Discurso peuchetiana e orlandiana, vamos apresentar uma incursão no modo como Pêcheux (1994) concebe “arquivo”, não perdendo de vista a articulação dessa concepção com a definição de “memória metálica” postulada por Orlandi (1999). Essa articulação se justifica, pois o objeto de análise focado, neste artigo, reclama uma interface entre arquivo e memória metálica. É que a BNCC, sob a perspectiva de arquivo, envolve um conjunto de outros documentos, isto é, de outras materialidades históricas, que se significam a partir de práticas discursivas. A natureza desses documentos, por estarem estruturados na linguagem da informática, evidencia uma modalidade possível da memória metálica.

Pêcheux (1994), como um teórico interessado em questionar as evidências, dimensionou os desafios de se construir análises que se voltavam para discursos, textos e arquivos, tendo por base, sobretudo, a tendência de sua época, a saber: a relação entre as questões históricas e psicológicas e o aspecto matemático e informático no tratamento e no avanço das pesquisas linguísticas da época. Em sua problematização, essas questões não se reduzem a esse aspecto, justamente pela necessidade da leitura interpretativa, sem perder de vista, o alcance e a pertinência da leitura literal. Eis, a seguir, as palavras de Pêcheux (1994, p. 3):

Seria do maior interesse reconstruir a história deste sistema diferencial dos gestos de leitura subjacentes, na construção do arquivo, no acesso aos documentos e a maneira de apreendê-los, nas práticas silenciosas da leitura "espontânea" reconstituíveis a partir de seus efeitos na escritura: consistiria em marcar e reconhecer as evidências práticas que organizam estas leituras, mergulhando a "leitura literal" (enquanto apreensão-do-documento) numa "leitura" interpretativa – que já é uma escritura. Assim começaria a se constituir um espaço polêmico das maneiras de ler, uma descrição do "trabalho do arquivo enquanto relação do arquivo com ele-

mesmo, em uma série de conjunturas, trabalho da memória histórica em perpétuo confronto consigo mesma”.

Tais formulações teóricas de Pêcheux (1994) tematizam o lugar de centralidade das práticas de leitura de arquivo e do próprio trabalho com a memória, já que o conjunto de documentos sobre uma questão envolve um modo de construção que se inscreve na e pela história. E esse modo de “apreensão” dos documentos orienta-se pelo jogo de forças que as instituições exercem na sociedade. Não é à toa que o referido autor ressalta os regimes de leitura, por exemplo, na Idade Média em relação à leitura do arquivo. A depender de quem produz a leitura, há a constituição do que ele formula como “aderências históricas completamente diferentes” (PÊCHEUX, 1994, p. 3). O teórico não perde de vista o poder que as instituições exercem sobre essa leitura de arquivo e com o trabalho com a memória, pois se busca por em evidência leituras autorizadas e outras não.

Na era clássica até a época em que Pêcheux (1994) formulou as suas elaborações no ano de 1981, havia um fascínio pelo tratamento da leitura do arquivo a partir de um caráter homogêneo, considerando a informatização dos arquivos. Nas palavras do autor, trata-se de “métodos de tratamento em massa do arquivo textual” (PÊCHEUX, 1994, p. 3). Ele problematiza esse tratamento a partir da perspectiva da “gestão administrativa dos documentos textuais” (PÊCHEUX, 1994, p. 3). Na esteira de Pêcheux (1994), podemos destacar que esse fascínio funciona até os dias atuais, já que se mantém a perspectiva das tentativas de controle do tipo de leitura de arquivo e do tipo de trabalho com a memória a ser feito. Há, sobretudo, um fascínio pelo caráter unívoco dos sentidos, havendo aí a produção de mecanismos para assegurar esse efeito de que o sentido é unívoco.

Neste ponto, não podemos perder de vista o fato de que Pêcheux (1994) defende a ideia de que o equívoco é constitutivo das práticas de leitura de arquivo e do trabalho com a memória. O equívoco é tematizado por ele a partir do viés de que essas práticas precisam estar inscritas em uma pluralidade de gestos de leitura, construindo espaços polêmicos para a circunscrição do arquivo. Esse equívoco abre possibilidades para pensarmos na memória da qual tematiza Pêcheux (1994) a partir dos esquecimentos, para outros sentidos possam aí se inscrever. Não se trata de pensar a memória como saberes que se totalizam no interdiscurso.

Pêcheux (2007) formula uma definição de memória discursiva que nos interessa, neste artigo, pois ele tematiza a memória como os saberes que têm uma repetibilidade de inscrição na história. Essa repetição produz o “efeito de série”, assegurando a regularização dos “implícitos”. Se, por um lado, há a constituição da memória, por outro, há a inscrição do acontecimento, quando essa regularização é deslocada e desregulada, implicando novos modos de inscrição na rede de implícitos. Vejamos, a seguir, uma passagem do texto do próprio Pêcheux (2007, p. 52):

[...] memória discursiva seria aquilo que, face a um texto que surge como acontecimento a ser lido, vem restabelecer os ‘implícitos’ (quer dizer, mais tecnicamente, os pré-construídos, elementos citados e relatados, discursos-transversos, etc.) de que sua leitura necessita: a condição do legível em relação ao próprio legível.

Na esteira de Pêcheux (2007), Orlandi (2010) postula que a memória metálica refere-se à memória produzida na máquina, aquela posta em circulação e que é da ordem do recuperável e do acessável, de modo a produzir o efeito de que o interdiscurso é totalizando e infalível. Sendo assim, entra em jogo na memória metálica a quantidade de armazenamento, cujo efeito é a administração e o controle do sujeito dessa quantidade com base nos recursos, por exemplo, da informatização dos arquivos. A seguir, consideremos as palavras de Orlandi (2010, p. 9):

[...] E considero, enfim, a memória metálica, ou seja, a produzida pela mídia, pelas novas tecnologias de linguagem. A memória da máquina, da circulação, que não se produz pela historicidade, mas por um construto técnico (televisão, computador, etc.). Sua particularidade é ser horizontal (e não vertical, como a define Courtine), não havendo assim estratificação em seu processo, mas distribuição em série, na forma de adição, acúmulo: o que foi dito aqui e ali e mais além vai se juntando como se formasse uma rede de filiação e não apenas uma soma, como realmente é, em sua estrutura e funcionamento. Este é um efeito – uma simulação - produzido pela memória metálica, memória técnica. Quantidade e não historicidade. Produtividade na repetição, variedade sem ruptura.

Dias (2018), filiada às formulações de Pêcheux (1994) e de Orlandi (1998), tematiza a questão da memória metálica, não deixando de pensar o seu foco mais específico, que é o discurso digital. Ela propõe a definição de memória digital, como aquilo que resulta de inscrição da memória metálica. A memória metálica, diferentemente da memória discursiva, está inscrita no gesto de formulação, pois o

que prevalece aí é a recuperação, é a localização de dizeres. O deslizamento de sentidos é barrado pelo funcionamento do algoritmo da informatização dos arquivos. Em apelo à argumentatividade das referidas considerações, vejamos, a seguir, as palavras da própria autora:

Nesse sentido, procurando fazer avançar a formulação de Orlandi (idem), tenho procurado compreender o que seria uma relação de contradição entre a memória metálica e a memória discursiva, a saber, a memória digital. A memória digital difere da memória metálica, mas não se descola dela, pois se, por um lado, a memória metálica funciona pela quantidade, pela possibilidade de armazenamento e processamento dos dados, por outro lado, a memória digital é um resíduo que escapa à estrutura totalizante da máquina e se inscreve já no funcionamento do discurso digital, pelo trabalho do interdiscurso. Portanto, a memória digital não é uma simples reatualização técnica da memória, ou seja, uma expansão horizontal dos enunciados, mas aquilo que escapa à essa re-actualização, instalando-se na memória discursiva, pelo trabalho do interdiscurso, considerando o acontecimento do digital. (DIAS, 2018, p. 161)

Neste ponto, formulando referência cruzada com a citação de Pêcheux (2007), gostaríamos de salientar que, na memória metálica, não há a constituição do efeito metafórico dos sentidos, isto é, o efeito de série da rede de implícitos, pois o que se constitui é a textualização do dizer no plano da formulação. A divisão dos sentidos, ancorados pelo funcionamento do político e do simbólico da linguagem, é apagada pelo efeito do facilmente recuperável, localizável, uma vez que está em jogo a repetição do formal e, não, a repetição histórica.

A nossa incursão nesses fundamentos da AD cria condições para as análises apresentadas na próxima seção. Estamos interessados em analisar o funcionamento da memória metálica na textualização de dizeres sobre a BNCC, tendo por foco o sítio eletrônico do MEC construído para a divulgação desse documento. Nesse sítio, sob a temática da BNCC, como tematizaremos na seção que se segue, há a disponibilização de variados documentos jurídicos, administrativos e acadêmicos, para que o leitor desse portal tenha os dizeres em mão na e por meio da tela. Recupera-se a partir do acesso ao sítio eletrônico.

3 A BNCC E A MODALIDADE DA MEMÓRIA METÁLICA

Nesta seção, considerando o dispositivo teórico-analítico tematizado anteriormente, vamos nos ocupar das materialidades recortadas do sítio eletrônico

oficial sobre a BNCC; estamos interessados na modalidade da memória metálica aí em funcionamento. Para tanto, particularizamos para o trabalho de análise recortes com capturas de tela em que o seguinte funcionamento é expresso:

- (1) Ocorrência constante do(s) mesmo(s) dizer(es), o que evidencia a repetição formal.
- (2) Ocorrência de mecanismos da informatização do arquivo, o que significa o efeito de controle e de administração, dado o movimento de se localizar e de se preencher as formulações.

Vejamos, a seguir, a primeira captura de tela mobilizada no formato Figura 1:

Figura 1 – Captura da parte superior da página eletrônica oficial da BNCC



Fonte: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br>

Essa captura apresenta a parte superior da tela, cujo foco central é um retângulo com dizeres sobre a BNCC, do lado esquerdo de quem lê, e com imagem de crianças em uma sala de aula, do lado direito. Nessa imagem, há uma sobreposição de pequenos quadrinhos em variadas cores. Essas cores são referência às cores da logomarca da BNCC.

Os dizeres “Base Nacional Comum Curricular” estão em destaque seguidos da textualização do que é a BNCC. Essa captura apresenta, ainda, quatro inscrições na parte superior do sítio eletrônico. Trata-se de abas de acesso, para que o leitor navegue e acesse dizeres pertinentes à temática de cada aba. Eis aí um dos mecanismos da informatização do arquivo, pois se produz o efeito da linearização e

da localização do interdiscurso. Sobre a BNCC, os dizeres necessários estão à mão, estão para a ordem do localizável, do navegável.

A próxima captura de tela apresenta um plano mais abaixo desse aludido por meio da Figura 1. Eis a captura no formato de Figura 2:

Figura 2 – Captura de tela da página eletrônica oficial da BNCC



Fonte: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br>

São apresentadas aí três possibilidades de navegação pelo documento da BNCC, nos mais diferentes formatos estruturados pela informatização do arquivo. O dizer “BNCC” ganha uma ocorrência reiterada, até como forma de produção do efeito de totalização sobre esse documento. A materialidade formal, em sua repetição, engendra o efeito de que tudo sobre a BNCC está disponível e, sobretudo, está sob variados formatos. Abaixo de cada imagem, seguido de cada inscrição, ocorrem verbos no imperativo, indicando ordens para o leitor interessado na BNCC. Quando se clica na inscrição “BNCC para navegação”, tem-se acesso a uma navegação na BNCC por meio de abas, que, quando clicadas, movimentam-se, de modo a mostrar os dizeres da aba selecionada. Como as abas se movimentam, cria-se um efeito de navegação, de movência do arquivo da BNCC. Na parte superior da página a que se tem acesso nessa inscrição, aparecem alguns ícones que apresentam “dicas de acessibilidade”, para usarmos os termos que constam do arquivo. Trata-se da possibilidade de flexibilização do documento em termos de “tamanho do texto”, “alto contraste” e “versão áudio-escrita”.

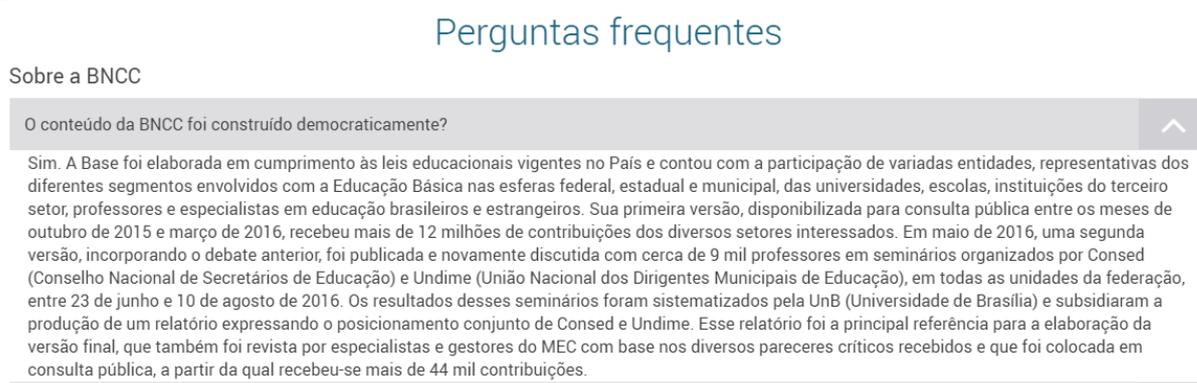
Na inscrição “BNCC em PDF”, é possível o acesso ao documento, na versão PDF, com o total de 600 páginas. Esse documento contempla a etapa da Educação Infantil, a etapa do Ensino Fundamental e a etapa do Ensino Médio. Nesta versão, o

documento é acessado em um arquivo único. Os mecanismos da informatização do arquivo, também, estão aí presentes, como, por exemplo, o recurso de se localizar dizeres pontuais. Além disso, dados os recursos do PDF, o documento é passível de flexibilização, pois é possível a alteração do “tamanho do texto”. Na inscrição “BNCC em planilha”, acessa-se uma versão editável da BNCC. Para tanto, é preciso clicar em alguns campos, dados previamente em relação a cada etapa de ensino, de maneira a se fazer filtros. Na parte superior da página que se abre, nessa inscrição, aparece um texto explicativo das possibilidades de filtragens de cada segmento de ensino.

O funcionamento da memória metálica, no arquivo informatizado, acaba por produzir o efeito de que todos os dizeres sobre a BNCC estão aí, não são passíveis de serem esquecidos. Nesse sentido, há um trabalho de linearização sobre as práticas de leitura do arquivo e da memória, oportunizando ao leitor o preenchimento de formulações e, não, a metaforização (o jogo com o deslizamento de sentidos) do arquivo.

Vejamos, a seguir, outra captura de tela produzida por nós a partir do acesso à aba “A base”. Trata-se da mesma página em que capturamos, também, a imagem apresentada na figura anterior. Eis a Figura 3:

Figura 3 – Captura de tela da página eletrônica oficial da BNCC



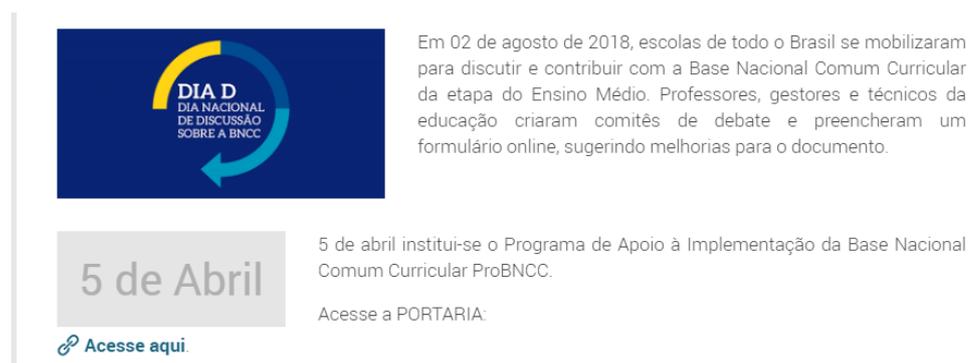
Fonte: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br>

Como estamos perseguindo os pontos (1) e (2), descritos no início desta seção, percebemos que, na aba “A base”, a BNCC é apresentada sob o formato de cinquenta e uma perguntas com as suas respectivas respostas. As perguntas são topicalizadas pelos seguintes eixos: “Sobre a BNCC”, “Sobre o processo de construção da BNCC”, “Sobre a versão final da BNCC”, “Sobre as próximas etapas”,

“Sobre o *site* oficial da BNCC”, “Sobre a etapa do ensino médio na BNCC” e “Informações gerais”. A Figura 3 apresenta a primeira pergunta do primeiro eixo; a seleção dessa pergunta foi aleatória, muito em função de apreendemos o funcionamento da memória metálica na informatização do arquivo BNCC. A memória está aí linearizada, por meio de dizeres que se pretendem didáticos para o leitor, em que a repetição formal se mostra evidente.

Na aba “Histórico”, a página a que o leitor tem acesso apresenta a “linha do tempo”, para usarmos os termos da página, com a tematização de ações sobre as condições de produção da BNCC. Consideremos, a seguir, uma captura de tela dessa aba. A captura também foi aleatória, pois nos interessa o funcionamento da memória metálica que ancora o arquivo como um todo. Eis a Figura 4:

Figura 4 – Captura de tela da página eletrônica oficial da BNCC



Fonte: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br>

Essa captura de tela mostra a regularidade na formalização dos dizeres, pois para cada ação descrita sobre a BNCC, ao longo dos anos, há dizeres circunstanciando o fato histórico, tendo ao lado imagens (registros fotográficos, cartazes temáticos, por exemplo). Há, também, estruturado em uma linha do tempo, a menção ao ano e ao mês, ambos em destaques, para que o leitor perceba que se trata de um historicização dos fatos constitutivos do processo de discussão, de elaboração e de implementação da BNCC. Há, ainda, um *link* de acesso a outros dizeres pertinentes ao fato histórico textualizado. Na captura de tela em foco, por exemplo, há a ocorrência do link para o acesso à Portaria Nº 331, de 5 de abril de 2018, que trata da instituição do Programa de Apoio à implementação da Base Nacional Comum Curricular – ProBNCC. O arquivo, no formato PDF, tem seis páginas.

O funcionamento da memória metálica, dadas as possibilidades dos algoritmos da informatização do arquivo, busca assegurar o efeito de unidade temático sobre a BNCC. Como temos dito, neste artigo, a textualização de variados dizeres produz o efeito de linearização do interdiscurso, com base na repetição formal dos dizeres. Contudo, esse efeito de unidade pode abrir-se para a dispersão das práticas de leitura do arquivo, pois os diferentes *links* podem engendrar outros percursos de leitura, que não aquele textualizado por meio da linha do tempo. Vemos aí em funcionamento um dos efeitos da memória metálica, que se refere ao movimento de se recuperar dizeres. Há a ocorrência de trinta e sete *links* com acesso a diferentes dizeres materializados em variados documentos.

Na aba “Implementação”, aparecem outras três abas, quais sejam: “ProBNCC”, “Biblioteca de apoio” e “Práticas”, com possibilidade de acesso a outros documentos pertinentes a cada aba. A título de exemplificação, mobilizamos uma próxima captura de tela referente à primeira aba. Vejamos, a seguir, a Figura 5 com essa tela capturada:

Figura 5 – Captura de tela da página eletrônica oficial da BNCC



Fonte: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br>

Essa tela apresenta os ícones que o leitor da aba em questão vai deparar em sua navegação pelo arquivo informatizado. Antes desses ícones, aparecem alguns dizeres tematizam o teor discursivo da aba. A materialidade formal, dado o modo como a memória metálica funciona, é sempre constituída de imagem, neste caso específico, de ilustrações, em uma relação com as inscrições verbais. A espessura dessa modalidade formal acaba por produzir o efeito de que essa relação entre imagem e inscrição verbal seria ideologicamente equivalente. Notamos o efeito

de controle dos dizeres, já que estes são passíveis de serem atualizados por meio de algoritmos da informatização do arquivo.

Chama-nos a atenção, nessas abas, a aba “Biblioteca de apoio”, pois elas possibilitam ao leitor acessar os documentos dos Parâmetros Curriculares Nacionais, dos variados segmentos de ensino, os currículos de cada estado brasileiro, os quais são disponibilizados em pastas compactadas, e de documentos com currículos de países estrangeiros, tendo por base a conexão direta aos sítios eletrônicos de cada país. Essa aba serve também de parâmetro para pensarmos no efeito de controle e de administração das práticas de leitura do arquivo da BNCC e do trabalho com a memória.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O nosso interesse sobre o arquivo da BNCC, neste artigo, envolve algumas questões que perpassam, por exemplo, as condições de produção do documento em suas variadas versões. Envolve, sobretudo, sob quais condições se deram, se dão e dar-se-ão as práticas de leitura de arquivo e do trabalho da memória, tendo em vista os efeitos da informatização do arquivo sobre a BNCC. Estamos interessados, mais de perto, na textualização dos dizeres sobre a BNCC em que a materialidade formal da memória metálica aí intervém. Conforme aludimos anteriormente, é o funcionamento dessa materialidade que produz o efeito da atualização constante de dizeres sobre a BNCC, mas pela perspectiva de que os sentidos aí se completam, totalizam-se.

Conceber a BNCC como acontecimento, isto é, como possibilidade de revezamento discursivo entre teoria e prática de seus dizeres, nos diferentes espaços escolares brasileiros, exige a tematização das condições de circulação do arquivo BNCC. Estamos lidando com o modo como os sentidos se inscrevem na história, a ponto de que alguma construção se dê. A natureza do arquivo em foco, até pela necessidade de circulação em larga escala no território brasileiro, imprime pressões, para que esteja aí inscrito a prevalência da memória metálica. A sua natureza formal produz o efeito de presentificação de todos os dizeres necessários e existentes para a prática de leitura de arquivo da BNCC. Já estão aí os dizeres: disponíveis prontos para serem acessados e prontos para serem recuperados.

Inscritos nos fundamentos da AD, pudemos adensar a nossa relação discursiva com o documento da BNCC em si. É que a discussão sobre arquivo e memória metálica abriu possibilidades para pensarmos na busca por uma memória institucional sobre a BNCC, cujo funcionamento, como já abordamos ao longo deste artigo, é o efeito de linearização do interdiscurso. Do ponto de vista institucional, para não perdermos de vista a problematização tecida por Pêcheux (1994), há tentativas de administração e de controle de dizeres sobre a BNCC. Aventamos a hipótese de que, como a implementação do documento esteve circunscrita em uma prática de leitura polêmica, o funcionamento da memória metálica pode cumprir uma função ainda mais de administração e de controle de dizeres sobre o arquivo que ora enfocamos.

Outro efeito dessa circunscrição polêmica refere-se ao modo como o funcionamento da memória metálica engendra certas relações entre o texto verbal e o texto imagético. Nesse caso, como mencionado em dado momento da análise, há uma busca pela equivalência entre a materialidade desses textos. Também, há aí, a nosso ver, um efeito da administração e do controle dos dizeres, pois há uma seleção dos textos que são contemplados no sítio eletrônico e do modo como eles são postos, ideologicamente, em relação. A informatização do arquivo possibilita a insistência do fato de que a BNCC precisa ser implantada; e, para tanto, a circulação e as práticas de leitura do arquivo precisam ser administrados e controlados.

REFERÊNCIAS

DIAS, Cristiane. **Análise do discurso digital: sujeito, espaço, memória e arquivo.** Campinas: Pontes Editores, 2018.

ORLANDI, Eni Puccinelli. A contrapelo: incursão teórica na tecnologia: discurso eletrônico, escola, cidade. **RUA** [online], n. 16, v. 2, 2010.

PÊCHEUX, M. Ler o arquivo hoje. In: ORLANDI, Eni P. *et. al.* **Gestos de leitura: da história no discurso.** Tradução: Bethânia S. C. Mariani *et. al.* Campinas: Editora da Unicamp, 1994, p.55-66 (Coleção Repertórios).

PÊCHEUX, Michel. Papel da memória. In: ACHARD, P. *et al.* **Papel da memória.** Tradução e introdução José Horta Nunes. Campinas: Pontes, 2007.